



ATA DA 683ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA,
REALIZADA NOS DIAS 23 E 24 DE MARÇO DE
2018, EM BRASÍLIA-DF.

1
2
3
4
5
6
7
8

9 **PARTICIPANTES:** Os Economistas Wellington Leonardo da Silva - Presidente; Bianca Lopes de
10 Andrade Rodrigues - Vice-Presidente; e Conselheiros Federais: Antonio Corrêa de Lacerda,
11 Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo
12 Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf
13 Bejzman, Henrique Jorge Medeiros Marinho, Júlio Miragaya, Luiz Antonio Rubin, Maria
14 Auxiliadora Sobral Feitosa, Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona da Rosa, Paulo Brasil
15 Corrêa de Mello, Pedro Andrade de Oliveira, Sebastião Demuner e Waldir Pereira Gomes.
16 Conselheiros Suplentes convocados pelo rodízio: Henrique Jorge Medeiros Marinho e Sebastião
17 Demuner. Participaram, ainda, os economistas Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz e Nelson
18 Marconi, a Superintendente Substituta Ana Claudia Ramos Pinto; o Procurador-Chefe Fábio Ronan
19 Miranda Alves; o Assessor Raphael Pacheco Filho; o Jornalista Manoel José Castanho; a Assessora
20 de Imprensa Natália Lepsch Kenupp Batista; o Assessor de Comunicação Júlio César Poloni de
21 Góes; a Assessora da Presidência Jane Lopes da Silva; o Contador Antonio Tolentino; e a
22 Supervisora de Serviços Gerais Edna Barroso Machado. **1. ABERTURA DA SESSÃO**
23 **PLENÁRIA:** Às nove horas do dia vinte e três de março de dois mil e dezoito, em Brasília-DF, o
24 Presidente do Cofecon, Economista Wellington Leonardo da Silva, abriu os trabalhos da
25 sexcentésima octogésima terceira Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia,
26 agradecendo a presença de todos. **1.1. Justificativas de Ausência e Votação.** (23/03, tarde, 11:50 -
27 12:29). O Presidente do Cofecon informou que os Conselheiros Federais Felipe Macedo de
28 Holanda e Eduardo Rodrigues da Silva chegaram atrasados por motivo de voo. O Conselheiro
29 Federal Sérgio Guimarães Hardy, ausente por motivos de viagem, foi substituído pelo Conselheiro
30 Federal Luiz Antonio Rubin. **2. DEBATE SOBRE CONJUNTURA ECONÔMICA:** (23/03,
31 manhã, 10:15 - 3:13:25). O Presidente do Cofecon fez a leitura dos currículos dos
32 debatedores: Nelson Marconi - FGV-SP e Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz - BNDES-RJ.
33 O Conselheiro Federal Antonio Corrêa de Lacerda conduziu os trabalhos do debate, que
34 teve como tema: *A questão fiscal e o financiamento do desenvolvimento brasileiro*. Após as
35 exposições e as contribuições dos conselheiros federais, o Presidente do Cofecon informou que o
36 debate foi transmitido por meio da rede social *Facebook* e obteve 781 (setecentos e oitenta e uma)
37 visualizações, 230 (duzentos e trinta) espectadores e 39 (trinta e nove) interações com comentários,
38 curtidas e compartilhamentos. **3. EXPEDIENTE DA SESSÃO PLENÁRIA:** (23/03, tarde,
39 12:30 - 18:25) **3.1. Ata da Sessão Plenária anterior:** leitura, emendas e aprovação da Ata
40 da 682ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 de janeiro de 2017, em
41 Brasília-DF; (23/03, tarde, 18:30 - 38:10) **3.2. Representação institucional e**
42 **participação em eventos.** - O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, participou
43 da Solenidade de Posse do presidente Luiz Antonio Cosenza e nova diretoria do Conselho Regional
44 de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), no dia 27 de fevereiro; - O Presidente
45 do Cofecon acompanhou, no Rio de Janeiro, o velório do Sr. Theotônio dos Santos, economista
46 político e sociólogo brasileiro, falecido aos 81 anos, no dia 28 de fevereiro. Theotônio foi um dos
47 formuladores da Teoria da Dependência e um dos principais formuladores da Teoria do Sistema
48 Mundo. Foi Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e titulado como
49 "notório saber" pelas Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e Fluminense (UFF),

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

51 professor emérito da UFF, Pesquisador Nacional Sênior da Universidade do Estado do Rio de
52 Janeiro (UERJ) e Presidente da Cátedra e Rede de Economia Global e Desenvolvimento
53 Sustentável (REGGEN); - O Presidente do Cofecon acompanhou o velório da vereadora Marielle
54 Franco (PSOL-RJ), no dia 15 de março, na Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro; - O
55 Presidente do Cofecon reuniu-se com o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do
56 Brasil (CNBB), Dom Leonardo Steiner, e com o assessor político da CNBB, Padre Paulo Renato,
57 em Brasília-DF, no dia 21 de março às 11 horas; - O Presidente do Cofecon participou, no dia 22 de
58 março, às 10 horas, da reunião do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas
59 (Conselhão), acompanhado do procurador-chefe do Cofecon, Dr. Fabio Ronan Miranda Alves. O
60 evento ocorreu na sede do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), em Brasília-DF; -
61 O presidente do Cofecon reuniu-se com a diretoria da Federação Nacional de Estudantes
62 de Economia para tratar de projetos futuros das duas instituições. O encontro ocorreu na
63 sede do Cofecon no dia 21 de março, às 17h30 em Brasília-DF; - O Conselheiro Federal
64 Antônio de Pádua Ubirajara e Silva participou, no dia 12 de março, da Audiência Pública contra a
65 privatização de Furnas, evento realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pelo
66 Deputado Estadual Emidinho Madeira (PTdoB-MG). Na ocasião, houve debate sobre o projeto do
67 Governo Federal para privatizar Furnas, empresa que faz parte do Sistema Eletrobrás. No mesmo
68 dia foi lançada a “Frente Parlamentar Contra a Privatização de Furnas”, com o objetivo de mobilizar
69 toda a classe política mineira, lideranças e autoridades do setor. - A Vice-Presidente do Cofecon,
70 Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, informou a realização de palestra no evento alusivo
71 ao Dia Internacional da Mulher, realizado pelo Corecon-PR, bem como no dia 22 de março
72 no II Fórum Paulista da Mulher Economista, evento organizado pelo SINDECON-SP, em
73 São Paulo-SP. Por fim, parabenizou a Conselheira Federal Denise Kassama Franco do
74 Amaral pelo evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, organizado pelo
75 Corecon-AM, do qual participou virtualmente. O Presidente do Cofecon informou que o
76 setor de fiscalização do Corecon-ES conseguiu a retificação do edital de um concurso
77 público da Prefeitura Municipal de Águia Branca com o objetivo de incluir o direito de
78 economistas disputarem uma vaga para o cargo de auditor fiscal e relatou que o Corecon-
79 PI ganhou na justiça, por meio de Mandado de Segurança, o direito de inscrição de
80 economistas no concurso da Secretaria de Meio Ambiente (SEMAR). O Presidente do
81 Cofecon franqueou a palavra aos Conselheiros Federais. O Conselheiro Federal Júlio
82 Miragaya disse que publicou um artigo no Jornal de Brasília sobre assassinato da
83 Vereadora Marielle Franco. O Conselheiro Federal Waldir Pereira Gomes mencionou a
84 realização do II Fórum Paulista da Mulher Economista, evento organizado pelo
85 SINDECON-SP junto à economista Nancy Gorgulho, e disse ainda que representou o
86 Cofecon junto à Vice-Presidente da autarquia, que participou da mesa principal do evento.

87 **3.3. Correspondências relevantes (não houve) (23/03, tarde, 38:15 - 1:11:34) 3.4.**
88 **Informes da Presidência.** O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva,
89 passou os seguintes informes listados: 3.4.1. Requerimento nº 143/2017, de autoria da
90 senadora Ana Amélia PP/RS que diz: “nos termos do art. 90, inciso XI e do art. 101, inciso
91 I e V, ambos do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, requiro a esta Comissão de
92 Assuntos Sociais, que formule consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
93 acerca dos limites constitucionais, legais e do processo legislativo na apreciação de
94 proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a regulamentação de
95 profissões ou de atividades ocupacionais, ficando a deliberação dessas proposições
96 pendentes de análise nesta Comissão de Assuntos Sociais até a manifestação daquele
97 colegiado; 3.4.2. Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280/2017, que prevê a possibilidade
98 do Estado delegar a empresas privadas a atividade de fiscalização administrativa. O PLS
99 nº 280/2017 é inapropriado e nocivo à sociedade brasileira. Por esta razão, o Cofecon
100 solicita que o Senador Antonio Augusto Junho Anastasia rejeite suas determinações; 3.4.3.
101 (23/2/2018) O Presidente publicou, em conjunto com o Conselheiro Júlio Miragaya, nota
102 em apoio à Oxfam Brasil, que diz: “Nos últimos dias circularam notícias sobre atitudes e
103 comportamentos reprováveis de funcionários ligados à organização não governamental
104 OXFAM, com sede na Grã-Bretanha e com ramificações em diversos países, inclusive no

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

105 Brasil. Deve-se ressaltar que tais situações envolveram um pequeno número de pessoas em
106 apenas três dos diversos países em que a OXFAM atua. Em relação à OXFAM BRASIL,
107 não há registro de qualquer ato que a desabone, muito pelo contrário, trata-se de uma
108 organização de elevada reputação, extremamente atenta e comprometida com os temas
109 e questões de interesse do povo brasileiro. A atuação da OXFAM BRASIL na defesa de
110 uma sociedade menos desigual e mais solidária tem sido exemplar - seja por suas
111 publicações, como o relatório “Recompensem o trabalho, não a riqueza” - seja pela sua
112 participação na Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, capitaneada
113 pelo Conselho Federal de Economia e integrada por quase 30 entidades nacionais. À
114 OXFAM BRASIL toda a nossa solidariedade”; 3.4.4. (9/3/2018) O Presidente encaminhou
115 ofícios para os Ministros do Supremo Tribunal Federal para tratar da Ação Direta de
116 Inconstitucionalidade 2135, pautada, primeiramente, para 15/3/2018, depois transferida
117 para julgamento no dia 12/4/2018. Esta e outras ações correlatas em tramitação no STF
118 envolvem o regime jurídico dos funcionários dos Conselhos de Fiscalização Profissional -
119 como o Cofecon e os Corecons - e a possibilidade ou não de contratarem seus funcionários
120 pelo regime celetista ou estatutário. Ato contínuo, o presidente do Cofecon encaminhou
121 Ofício para o coordenador do Conselhão, sugerindo que a mesma medida fosse adotada por
122 todos os Conselhos Federais; bem como Ofício para os Conselhos Regionais de Economia,
123 solicitando encaminhamento do mesmo pleito aos Ministros do STF. Na terça-feira (13/03)
124 o coordenador do Conselhão encaminhou o expediente para os presidentes dos Conselhos
125 Federais, com todos os anexos encaminhados pelo Cofecon; 3.4.5. (14/3/2018) O
126 Presidente enviou ofício ao governador Alagoas, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho,
127 após receber denúncia do Corecon-AL sobre a aprovação de lei que omite o exercício
128 profissional do economista. A Lei nº 7.972, de 9 de janeiro de 2018, dispõe sobre a criação
129 do Quadro Permanente de Pessoal da Controladoria Geral do Estado (CGE), instituindo a
130 carreira de analista de controle interno. No entanto, não destinou vagas exclusivas aos
131 economistas; 3.4.6. Ações Judiciais Trabalhistas: 3.4.6.1. Lilian de Souza Barbosa - pagar
132 R\$ 10.000,00 (dez mil reais), incluindo as correções, a qualquer tempo. Já houve um
133 depósito recursal de aproximadamente R\$ 8.900,00(oito mil e novecentos reais), restando
134 ao Cofecon pagar a diferença e a correção. Ação por exposição a fotos pornográficas no
135 ambiente do Cofecon; 3.4.6.2. Danielle Costa Barbosa Giroto - ação pautada para
136 julgamento em 27/3/2018. Ação por exposição a fotos pornográficas no ambiente do
137 Cofecon; 3.4.6.3. Daniel Nunes de Oliveira - perdeu em primeira instância, ajuizou
138 recurso, apresentamos defesa da ação de desvio de função e sobre advertência recebida. A
139 ação foi improcedência total, o funcionário recorreu da decisão; 3.4.6.4. Elifas Levi
140 Lisboa - valor definido em R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). Após
141 apreciada a impugnação dos cálculos apresentados no âmbito do processo, o juiz, baseado
142 em novo parecer contábil, julgou procedente a impugnação, razão pela qual o valor da
143 condenação passou a ser de R\$ 538.936,37(quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e
144 trinta e seis reais e trinta e sete centavos). Será feito contato com a família para negociar a
145 forma de pagamento, sugerindo pagar uma parte este ano e o restante no ano seguinte;
146 3.4.7. Aluguel da sala no 5º andar: não foi alugada até o momento. A empresa Itiquira tem
147 interesse em comprar duas salas; será verificada a proposta e será chamada a Caixa
148 Econômica Federal para fazer a avaliação das salas. O Conselheiro Federal Paulo Brasil
149 Corrêa de Mello sugeriu que o Cofecon firmasse um convênio com o Creci-DF para que
150 seja dada sustentação em caso de venda das salas do 5º andar; 3.4.8. Taxa Extra - Prevista
151 reforma da fachada do Edifício Palácio do Comércio, com previsão de custo de R\$
152 150.000,00(cento e cinquenta mil reais), ou entre R\$ 15.000,00(quinze mil reais) a R\$
153 20.000,00 reais por sala. Provavelmente ocorrerá em 2019, se aprovada em reunião de
154 condomínio. Serão levantados os valores exatos; 3.4.9. Restituição do custo de carteira
155 profissional, provocado pelo Corecon-SE e outros regionais. Os Corecons questionam o
156 fato de terem de reembolsar ao Cofecon a integralidade dos custos relativos à confecção
157 das carteiras, os mesmos também devem repassar os 20% (vinte por cento) pela cobrança
158 compartilhada. Ou seja, se por exemplo o valor cobrado do economista for R\$ 100,00 (cem

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

159 reais) e os custos de confecção forem R\$ 43,00(quarenta e três reais), tem-se que os
160 Corecons devem reembolsar os custos em sua integralidade R\$ 43,00(quarenta e três reais)
161 e repassar ao Cofecon 20% (vinte por cento) sobre os R\$ 100,00(cem reais). Outros
162 Regionais também fizeram esse questionamento, que será respondido oportunamente. O
163 assunto será encaminhado à Comissão de Normas com o objetivo de buscar uma solução
164 adequada e não onerosa ao caso. O Conselheiro Federal Paulo Brasil Corrêa de Mello
165 sugeriu que o tema deva ser tratado pela Comissão de Planejamento Estratégico,
166 Modernização e Qualidade de Gestão. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da
167 Silva, acatou a sugestão; 3.4.10. Solicitação do Corecon-SP: O Advogado do Corecon-SP
168 questionou a solicitação de devolução proporcional de cota-parte por pessoa que cancelou
169 registro ou familiar de falecido que pede restituição, ou outras formas de restituição de
170 pagamentos indevidos. A lógica é que se o Corecon devolve 8/12 (oito doze avos) das
171 anuidades, os 20% que foram para o Cofecon em cima do total deverão retornar ao
172 Corecon. O Procurador-Chefe do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, disse que o
173 Corecon-SP solicita orientação, uma vez que existem casos em que o Corecon não faz a
174 devolução proporcional. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya sugeriu que o item seja
175 encaminhado à Comissão de Normas para apresentação de proposta; 3.4.11.
176 Corecon-PA/AP solicita encaminhamento de boleto com parcela única, e aquele
177 economista que desejar, deverá solicitar ao Corecon a divisão das parcelas; 3.4.12.
178 Prestação de contas e Relatório de Gestão referentes ao exercício de 2017 não foram
179 entregues; 3.4.13. Sistema de Informática de Contabilidade, em processo de licitação,
180 continua suspenso, em fase final de ajuste de edital. Foi criada uma comissão com
181 funcionários do Cofecon, dos Corecons, e consultor externo, que estão revisando item a
182 item do edital; 3.4.14. Realizado termo aditivo com o Prof. Paulo Sandroni para
183 fornecimento do jogo da Gincana Nacional de Economia pelo mesmo valor do ano
184 passado, R\$ 18.000(dezoito mil reais). Caso fosse realizada atualização do jogo, seria
185 necessário o investimento aproximado de R\$ 80.000(oitenta mil reais). A Conselheira
186 Federal Denise Kassama Franco do Amaral disse que foram cotados novos softwares e o
187 mais vantajoso é a renovação do contrato. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo
188 da Silva, defendeu a importância da criação de um fundo de reserva no Cofecon para que a
189 autarquia não passe por situações financeiras como o ocorrido no exercício anterior, pois
190 atualmente o Cofecon tem receita para apenas 5 (cinco) meses. A Comissão de Tomada de
191 Contas estudará a situação orçamentária do Cofecon para reduzir despesas e construir o
192 fundo. Será apresentada uma proposta na próxima Sessão Plenária; 3.4.15. No grupo de
193 Whatsapp “Fórum dos Presidentes” foi questionado pelo Conselheiro Suplente João Bosco
194 Ferraz de Oliveira, da Paraíba, a questão da tarifa de liquidação de títulos bancários,
195 objeto da Resolução nº 1.901/2013, que trata de custos de impressão de boletos e taxas
196 bancárias. Alega-se que os Corecons pequenos não possuem condições financeiras para
197 arcar com tal despesa. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, informou
198 a possibilidade de estudar a situação, que, a princípio, será mantida, visto que à época foi
199 realizado um estudo demonstrando que era possível a cobrança. Por fim, quanto ao
200 relatório do Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia apresentado no
201 dia 26 de janeiro de 2018, por ocasião da 682ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada
202 Cofecon/Corecons, o Presidente do Cofecon informou que os encaminhamentos das
203 propostas serão apresentados por ofício. (23/03, tarde, 30:25 - 34:00) **3.5. Informes dos**
204 **Coordenadores de Comissão e Grupo de Trabalho.** O Coordenador da Comissão de
205 Comunicação, Conselheiro Federal Júlio Miragaya, informou que está pautada no item 4.8
206 a definição de impressão ou não da Revista Economistas. Como Coordenador do Grupo de
207 Trabalho Composição do Plenário, relatou que durante o intervalo para o almoço os
208 membros do GT reuniram-se para discutir proposta para ampliação do plenário e foram
209 apresentadas duas propostas: uma para 21(vinte e um) e outra para 24(vinte e quatro)
210 membros no plenário do Cofecon. As propostas deverão ser enviadas aos Conselhos
211 Regionais de Economia para apreciação e logo após retornarão ao Plenário do Cofecon,
212 para então serem apresentadas no XXVI SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

213 Economia, que acontecerá de 19 a 21 de setembro de 2018 na cidade de Porto Velho-RO.
214 (23/03, tarde, 1:13:45 - 2:30:57) O Presidente da Comissão de Tomada de Contas,
215 Conselheiro Federal Nelson Pamplona da Rosa, mencionou a necessidade de analisar com
216 maior profundidade os processos contábeis. O Conselheiro Federal Julio Miragaya
217 lembrou que no exercício anterior identificou-se que alguns Corecons estavam obtendo
218 recursos sem recolher a cota-parte do Cofecon. O Corecon-BA, por exemplo, identificou e
219 realizou a devolução ao Cofecon. A Comissão de Tomada de Contas ficou responsável por
220 analisar as contas dos Corecons e depois realizar a cobrança dos recursos não repassados
221 ao Cofecon. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, disse que o tema foi
222 identificado no final do exercício anterior e repassado para atual Comissão de Tomada de
223 Contas deste exercício para fazer este acompanhamento e tomar as medidas necessárias.
224 Esclareceu que o Banco do Brasil não faz a identificação da receita de quem depositou ou
225 não na conta do Cofecon, isso é feito pela prestação de Contas ao Cofecon. Disse ainda
226 que o Cofecon está trabalhando na solução para identificação. O Coordenador da Comissão
227 de Política Econômica, Conselheiro Federal Antonio Corrêa de Lacerda, mencionou que,
228 na presente sessão, realizou-se debate e que foi entregue a minuta da nota de conjuntura
229 econômica para ser discutida no item 4.1. Informou ainda que, conversando com o
230 Conselheiro Federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva sobre a privatização de Furnas,
231 surgiu a ideia de realizar um debate público sobre o tema, com data específica, convidando
232 especialista no assunto para a discussão, podendo ficar sob o âmbito da Comissão de
233 Política Econômica ou ser criada uma pequena comissão *ad hoc* para tratar do tema. O
234 Conselheiro Federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva informou que o Corecon-MG foi
235 procurado pelos funcionários da Eletrobrás, que apresentaram preocupação com a
236 privatização. Disse ainda que participou de evento representando o Cofecon na “Frente
237 Parlamentar Contra a Privatização de Furnas”, a qual teve adesão de 66 (sessenta e seis)
238 Deputados Estaduais, entre outras entidades que estão envolvidas nessa discussão.
239 Transmitiu o interesse da associação dos funcionários da Eletrobras em reunir-se com a
240 presidência do Cofecon, com a presença do Deputado Estadual Emidinho Madeira e do
241 Deputado Federal Leonardo Quintão. O Presidente do Cofecon fez o encaminhamento para
242 a criação do Grupo de Trabalho, que tem como membros os Conselheiros Federais:
243 Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr. e Júlio
244 Miragaya. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. disse que levará o tema para discussão
245 no Corecon-RJ. A Coordenadora da Comissão de Educação, Conselheira Federal Denise
246 Kassama Franco do Amaral, informou que constam na pasta dos Conselheiros os folders e
247 cartazes da VIII Gincana Nacional de Economia e do XXIV Prêmio Brasil de Economia, e
248 pediu apoio na divulgação e participação dos Corecons nesses projetos. A Coordenadora
249 da Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão, Vice-
250 Presidente Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, mencionou a necessidade de os membros
251 reunirem-se. O Coordenador da Comissão de Fiscalização e Registro Profissional,
252 Conselheiro Federal Pedro Andrade de Oliveira, informou que, a partir de dados da
253 Comissão apurados no exercício anterior, trabalharão no plano de ação e não somente na
254 relatoria de processos. O Coordenador da Comissão de Desenvolvimento Regional,
255 Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto, abordou a proposta de elaboração
256 de um documento que deverá ser remetido aos governos com diretrizes que contribuirão
257 com a política de desenvolvimento regional. Membro da Comissão, o Conselheiro Federal
258 Felipe Macedo de Holanda corroborou e compartilhou seu trabalho no estado do
259 Maranhão, bem como informou sobre artigo de sua autoria publicado na edição nº 27 da
260 revista Economistas, que trata da questão regional após a tempestade recessiva, abordando
261 uma agenda para os estados das regiões Norte e Nordeste. O Conselheiro Federal Nei
262 Jorge Correia Cardim sugeriu que a comissão trabalhe em uma estratégia de planejamento
263 voltada pelo bem comum da região, com projetos de interesse comum, com fundos
264 vinculados ao banco de desenvolvimento regional ou nacional. O Coordenador do Grupo
265 de Trabalho Instituto de Previdência Complementar para Economistas, Conselheiro
266 Federal Antonio Corrêa de Lacerda, disse que iniciou um levantamento com base em

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

267 experiências na área de previdência complementar e que na próxima plenária fará
268 apresentação desse trabalho. O Coordenador do Grupo de Trabalho Voto Eletrônico,
269 Conselheiro Federal Antonio Melki Jr., apresentou sua preocupação sobre a questão do
270 recurso para o programa de voto eletrônico, opinando que o programa deverá ser
271 parametrizado para todos os anos, e afirmou que preocupa-se com o prazo. O Presidente
272 do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, esclareceu que, por mais caro que seja, é
273 necessário. Comprometeu-se em fazer duas indicações para cotar preços e verificar se o
274 custo é razoável. O Coordenador do Grupo de Trabalho Estatísticas Econômicas,
275 Conselheiro Federal Pedro Andrade de Oliveira, constatou que as informações estão
276 atualizadas até o mês de fevereiro, e as estatísticas básicas foram consideradas. Disse que
277 o IBGE disponibilizou um curso, de no máximo 2 (dois) dias, sem ônus para o Cofecon,
278 para que 2 (dois) funcionários recebam instruções sobre a montagem de gráficos. Sugeriu
279 que os funcionários fossem Alexandre Café Rodrigues e Maria Aparecida Carneiro. O
280 Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, afirmou que os funcionários
281 poderão realizar o curso. O Coordenador do Grupo de Trabalho Transparência,
282 Conselheiro Federal Henri Wolf Bejzman, esclareceu que foi feita uma análise de como
283 está a transparência nos sites do Corecons, que serão comunicados sobre as necessidades
284 de adaptação. Constatou a evolução de muitos Corecons na transparência. O Coordenador
285 do Grupo de Trabalho Corecon Jovem/Acadêmico, o Conselheiro Federal Eduardo
286 Rodrigues da Silva, apresentou uma minuta de proposição para ser avaliada nas esferas
287 acadêmicas. A Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral sugeriu que o
288 primeiro encontro do GT ocorra no XXVI Since. A Coordenadora do Grupo de Trabalho
289 Mulher Economista, Vice-Presidente Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, falou sobre a
290 importância da realização de comemoração alusiva ao Dia Internacional da Mulher,
291 opinando que deve ser institucionalizada nos Corecons. Falou da dificuldade de adesão de
292 representantes dos Corecons para criação de um grupo de mulher economista na esfera
293 regional. Abordou a possibilidade do grupo trabalhar em proposta de ação em nível
294 regional e federal. O GT está trabalhando na possibilidade de realizar o Encontro Nacional
295 da Mulher Economista. A Coordenadora do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social,
296 Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral, abordou a importância da
297 economia solidária e compartilhou a informação que no estado do Amazonas está
298 funcionando uma escola de curso de economia solidária com o nome Paul Singer e que o
299 curso será disponibilizado na plataforma *online*. O Coordenador do Grupo de Trabalho
300 Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecons, Presidente Wellington Leonardo da
301 Silva, disse que a elaboração do concurso está parada, aguardando o julgamento da ADI
302 2135 pelo Supremo Tribunal Federal. Argumenta que no último concurso realizado para
303 provimento de vagas no Sistema Cofecon/Corecons, houve uma aprovação para o Corecon-
304 AP, que fechou, e o candidato recorreu à justiça alegando ter o direito de assumir a vaga
305 no Cofecon, uma vez que o concurso era em nível do Sistema Cofecon/Corecons. O
306 Coordenador do Grupo de Trabalho Redução dos Gastos do Cofecon, Conselheiro Federal
307 Nelson Pamplona da Rosa, comprometeu-se a trazer, na próxima plenária, informações
308 mais detalhadas sobre a projeção para 2018. Apresentou comparação da situação
309 financeira nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, na qual consta a seguinte informação: -
310 2015 *Deficit* R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais), 7% da receita; - 2016
311 *Deficit* de R\$ 603.000,00 (seiscentos e três mil reais), 11% da receita e - 2017 *Deficit* de
312 R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais), 4% da receita. Caso a receita
313 comporte-se como nos exercícios de 2015, 2016 e 2017, haverá 250.000,00 (duzentos e
314 cinquenta mil reais) de *deficit* em 2018. O Conselheiro Federal Nelson Pamplona da Rosa
315 disse que a situação ainda é preocupante e que é necessário reduzir despesas. Quanto ao
316 Grupo de Trabalho Economista Empreendedor, o Conselheiro Federal Júlio Miragaya
317 informou que não assumiu a coordenação desse Grupo de Trabalho e solicitou um tempo
318 para analisar a possibilidade. O Coordenador do Grupo de Trabalho Articulações com o
319 CFA e CFC, Presidente Wellington Leonardo da Silva, falou da reunião do Fórum dos
320 Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas e disse que o Presidente do CFC esteve

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

321 presente. Informou sobre sua reunião com o CFA, com o intuito de sondar o que eles
322 pensam a respeito do Projeto de Lei nº 658/2007, bem como a posição daquele conselho
323 federal quanto ao projeto dos contadores, o PL nº 8423/2017, apresentado pela Deputada
324 Simone Morgado. O Presidente do Cofecon informou que o assessor parlamentar do CFA,
325 Jenner de Moraes, disse que a deputada atendeu a um pedido dos contadores da Paraíba e
326 que depois teve o conhecimento real das implicações do projeto, sugerindo que o CFA,
327 CFC e o Cofecon reúnam-se para discutir e entrar em acordo sobre o Projeto de Lei. O
328 Conselheiro Federal Paulo Brasil Corrêa de Mello informou que houve uma discussão no
329 Corecon-SP sobre o PL nº 8423/2017 e que o Corecon-SP tinha a intenção de procurar o
330 CFC para resolver o assunto. No entanto, o Conselheiro Federal orientou que a intervenção
331 poderia ocasionar problema no trato do assunto e comprometeu-se a levar um
332 posicionamento do Cofecon sobre o assunto. O Presidente do Cofecon, Wellington
333 Leonardo da Silva, disse que gostaria de reunir-se com Conselho Federal de Contabilidade
334 para saber o que eles pensam a respeito do PLS nº 658/2007. O Coordenador do Conselho
335 Editorial da Revista Economistas, Presidente Wellington Leonardo da Silva, disse que leu
336 todos os artigos e que o material da última edição está muito bom. **3.6. Informes dos**
337 **Conselheiros Federais. Não houve. 4. ORDEM DO DIA (23/03, tarde, 2:30:57 -**
338 **2:57:23 continuação 4:46:30 - 4:54:29) 4.1. Aprovação da Nota Técnica objeto do debate de**
339 **conjuntura econômica.** Coordenador: Conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda. Após
340 discussão da minuta da nota, foi lida e aprovada a seguinte nota técnica: *“Nota do Cofecon sobre*
341 *Questão Fiscal e Financiamento do Desenvolvimento: O problema fiscal brasileiro deve ser*
342 *abordado no âmbito das políticas macroeconômicas, assim como seu papel para o*
343 *desenvolvimento econômico e social. Deve também contemplar a discussão sobre o custo de*
344 *financiamento da dívida pública, que no Brasil atinge a média de 5,5% do Produto Interno Bruto*
345 *(PIB), ao ano, o equivalente a R\$ 363 bilhões, em 2018. Destaque-se adicionalmente que a*
346 *recessão de 2015 e 2016, e o baixo crescimento de 2017 afetaram negativamente a arrecadação*
347 *tributária, comprometendo as metas fiscais. Ademais, nosso modelo tributário regressivo,*
348 *incidindo fortemente sobre o consumo e produção - e não sobre a renda e a riqueza -, além de*
349 *contribuir para uma maior concentração de renda, sobrecarrega o chamado “custo Brasil”. É*
350 *crucial buscar a desindexação da economia, inclusive da dívida pública. O Brasil é o único país*
351 *que remunera parcela expressiva da sua dívida a taxas de juros reais altíssimas,*
352 *independentemente do prazo de vencimento, oferecendo pelos seus títulos, ao mesmo tempo,*
353 *liquidez, segurança e rentabilidade, na contramão de outros países, que estimulam o financiamento*
354 *de longo prazo. Este quadro cria um constrangimento para os gastos públicos, tornando mais*
355 *difícil a execução dos investimentos, assim como a manutenção da qualidade dos programas*
356 *sociais. Da mesma forma, é fundamental manter e aperfeiçoar a atuação dos bancos públicos,*
357 *especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como*
358 *impulsionadores do financiamento dos investimentos para a infraestrutura e outros setores, tendo*
359 *em vista a inexistência de instrumentos de financiamento de longo prazo no mercado financeiro*
360 *privado a taxas de juros minimamente compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos”.*
361 *(23/03, tarde, 2:57:24 - 3:13:00). 4.2. Designação do GT de Perícia (Processo: 18.360/2018).*
362 Relator: Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva. Informou que, em função da
363 dificuldade do Conselheiro Federal Sérgio Guimarães Hardy para coordenar o GT, indicou o
364 Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto para substituí-lo. O GT deixa de ser de
365 apenas Perícia e passa a ser de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem. A
366 composição ficou da seguinte forma: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador); Luiz
367 Antonio Rubin (Coordenador técnico da área de Mediação e Arbitragem); Tiago Jazynski
368 (Coordenador técnico da área de Economia Econômica-Financeira); Henri Wolf Bejzman; Marcos
369 Kruse; Maria Auxiliadora Sobral Feitosa; Pedro Afonso Gomes; Ricardo Valério Menezes Costa;
370 Sérgio Guimarães Hardy; Severino Ferreira da Silva; Simone Magalhães; Vanya Marcon e Vilma
371 Guimarães. Interfaces Cofecon: Jane Lopes da Silva e Daniel Nunes de Oliveira. O Conselheiro
372 Federal Paulo Brasil Corrêa de Mello sugeriu a inclusão do economista Francisco Prisco Neto. O
373 Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim informou que o Corecon-BA está com Grupo de
374 Mediação e Arbitragem sob a coordenação do economista Paulo Dantas da Costa. O Conselheiro

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

375 Federal Luiz Antonio Rubin informou sobre a intenção de incluir no curso de perícia o módulo de
376 mediação e arbitragem. (23/03, tarde, 3:13:02 - 3:22:40) **4.3. Desafio Quero ser Economista**
377 **(Processo nº 18.449/2018)**. Relatora: Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral. A
378 relatora disse que o Desafio terá sua terceira edição em 2018, e que contou com a participação de
379 780 (setecentos e oitenta) estudantes de 25 (vinte e cinco) estados nos dois anos anteriores. O
380 Desafio constitui em perguntas sobre temas econômicos e sobre a profissão, com vídeos de
381 economistas ou textos explicativos. Os finalistas fizeram vídeos sobre o que aprenderam com o
382 Desafio. A relatora apresentou o regulamento, com a premiação de: 1º lugar R\$ 1.500,00 (um mil e
383 quinhentos reais); 2º lugar R\$ 1.000,00 (um mil reais); e 3º lugar R\$ 500,00 (quinhentos reais). Para
384 aquisição da licença do software, foi mantido o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). O voto da
385 relatora foi nos seguintes termos: “Trata o presente Processo Administrativo do Desafio: Quero Ser
386 Economista - 2018. A premiação visa introduzir conceitos econômicos básicos ao campo de
387 conhecimento de estudantes do ensino médio, a fim de incentivá-los ao estudo da Economia,
388 estimular o envolvimento de estudante do ensino médio com as páginas oficiais do Cofecon nas
389 redes sociais e proporcionar uma nova ligação entre os estudantes do ensino médio e as atividades
390 do Cofecon. Mediante o exposto, voto pela homologação”. Em votação, aprovado por unanimidade.
391 (23/03, tarde, 3:22:42 - 4:12:35) **4.4. XXII Congresso Brasileiro de Economia - CBE,**
392 **(17.472/2016). Solicitação de auxílio financeiro ao Corecon-MG, para amenizar o**
393 **prejuízo.** Relatora: Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral. A relatora
394 informou que diante da situação do XXII CBE - Congresso Brasileiro de Economia, na
395 qual o governador do estado não honrou com o compromisso de auxílio financeiro, o
396 Cofecon encaminhou o Ofício Circular nº 168/2017/Cofecon, solicitando auxílio de todos
397 os Corecons, onde a maioria informou a impossibilidade de auxílio e apenas dois Corecons
398 (RJ e PE) contribuíram. O Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim sugeriu a criação
399 de fundo de reserva para os grandes eventos do Sistema Cofecon/Corecons, Since e CBE.
400 O Conselheiro Federal Paulo Brasil Corrêa de Mello disse que o fundo de reserva já está
401 previsto na dotação estipulada para apoio. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. disse
402 que o Cofecon é organizador junto com o Corecon que sedia o evento e possuía um
403 membro na comissão organizadora. Portanto, o Cofecon deverá apoiar a situação
404 financeira ocasionada pela falta do recurso, causada pelo compromisso que não foi
405 honrado. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya disse que o Cofecon está recompondo
406 reserva e, em função disso, não tem como ajudar o Corecon-MG em razão da situação do
407 XXII CBE. Sugeriu um rateio entre o Sistema Cofecon/Corecon’s. O Conselheiro Federal
408 Antonio Melki Jr. acrescentou que o Corecon-RJ já contribuiu com grande valor em
409 relação ao que o Cofecon arcou. Sua proposta é: se for para recompor fundo de reserva do
410 Corecon-MG, então que se aguarde a recuperação do Cofecon. O Presidente do Cofecon,
411 Wellington Leonardo da Silva, fez o seguinte encaminhamento: não tomará decisão até que
412 o Conselheiro Federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva verifique a situação atualizada
413 do Corecon-MG ocasionada pelo XXII CBE. Logo após, retornaria para abrir a discussão,
414 com duas propostas que se apresentaram. (23/03, tarde, 4:12:40 - 4:46:27) **4.5. Análise de**
415 **absorção de cursos com forte conteúdo de economia (Processo 18.259/2017)** Relatora:
416 Conselheira Federal Denise Kassama do Amaral. Informou que foi reiterado o questionário aos
417 Conselheiros Federais sobre absorção de cursos para levar ao plenário. O questionário continha
418 algumas dúvidas tais quais: Obrigatoriedade ou não de registro; Direitos e Deveres; Aplicabilidade
419 de código de Ética; Anuidade diferenciada ou não; Se esses registrados poderão votar; Título ou
420 Nomenclatura a ser utilizada por tais profissionais; Registro e cancelamento de registro; Se poderão
421 atuar como peritos ou não; Se as atividades desempenhadas serão as mesmas dos economistas; e se
422 os cursos que já foram absorvidos por outros Conselhos Profissionais poderão ser registrados no
423 Sistema Cofecon/Corecons. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. afirmou que nos vários cursos
424 listados não há compatibilidade com o curso de Economia. O que foi decidido no SINCE é que
425 devem ter a ver com o núcleo do curso de Economia e os que foram listados não têm as disciplinas,
426 sendo complicado analisar o que tem a ver com Economia. Houve um tempo em que se fazia o
427 registro, mas antes verificava-se a faculdade para saber se existia um enquadramento. O
428 Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto afirmou que o desejável é absorver o curso

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

429 com forte conteúdo de Economia. Dos 12 (doze) cursos listados, 9 (nove) são absorvidos pelo
430 Conselho Federal de Administração. Entende que os cursos de Finanças da Universidade Federal do
431 Ceará - UFCE e Relações Internacionais, que têm muito conteúdo de Economia, e o tecnólogo em
432 Finanças são cursos que valem a pena a discussão para serem absorvidos pelo Conselho Federal de
433 Economia. A Vice-Presidente, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, disse que em relação ao
434 tecnólogo em Finanças um profissional a questionou sobre o porquê de não conseguir o registro no
435 Corecon, já que as disciplinas são compatíveis com o curso de Economia. O Conselheiro Federal
436 Waldir Pereira Gomes defendeu que o que norteia são os cursos que estão sendo criados na linha da
437 Economia. Defendeu, ainda, a importância de acolher os profissionais que buscam registro para
438 orientá-los, pois muitos estão sem informação quanto à atuação. Afirmou que a formação é da
439 universidade e a profissão é dos Conselhos. O Conselheiro Federal Antônio de Pádua Ubirajara e
440 Silva afirmou que entende a preocupação, mas exemplifica que o Conselho Regional de
441 Engenharia e Arquitetura (CREA) recebe diversos profissionais, não somente da área de
442 Engenharia. Não há esse núcleo duro para o CREA, a Arquitetura conseguiu ganhar dimensão e
443 obteve a sua autonomia, criando o seu próprio conselho. Defendeu a necessidade de acolher os
444 profissionais e refletiu que a profissão de economista é dinâmica, não estática, e ao logo do tempo
445 precisa dessa interlocução com esses profissionais próximos. O Conselheiro Federal Nei Jorge
446 Correia Cardim sugeriu a modificação no texto, de “forte conteúdo em Economia” para “cumpram
447 o núcleo de economia”. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. solicitou vista do processo.
448 *(áudio 24.03 manhã 0:40:30 - 1:00:11)* **4.6. Alteração da Resolução 1.896/2013 que trata do**
449 **auxílio financeiro aos eventos do Sistema Cofecon/Corecons (Processo: 16.030/2013).** Relator:
450 Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. Apresentou a minuta de alteração da resolução que trata do
451 aporte financeiro do Sistema Cofecon/Corecons a eventos de interesse dos economistas brasileiros.
452 A sugestão da minuta é revogar o § 3º do art. 15 da Resolução nº 1.896/2013 e incluir o § 5º ao art.
453 15 da Resolução nº 1.896/2013, com a seguinte redação: § 5º Os pedidos de apoios ou auxílios
454 financeiros somente serão analisados pelo Plenário do Cofecon caso haja solicitação oficial,
455 devidamente formalizada pela autoridade competente do órgão ou entidade requisitante, cujo
456 processo esteja adequadamente instruído, com documentação completa, assinada e rubricada. Após
457 discussão a sugestão da resolução foi colocada em votação, aprovada por unanimidade. *(áudio*
458 *24.03 manhã 1:00:11 - 1:14:53)* **4.7. Alteração da Resolução 1.837/2010 que trata do modelo de**
459 **Regimento Interno dos Regionais.** Relator: Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. Apresentou a
460 necessidade de regular os casos de suspensão do mandato de Conselheiro no âmbito do Sistema
461 Cofecon/Corecons de quem se encontrar em situação de inadimplência e/ou qualquer outra
462 irregularidade que prejudique a atividade profissional e alterar o regimento interno. Após
463 contribuições sobre o tema, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. *(áudio 24.03*
464 *manhã 0:04 - 0:40:26)* **4.8. Impressão da Revista Economistas.** Relator: Conselheiro Federal
465 Júlio Miragaya. O relator apresentou a Revista Economistas, ano IX, nº 27, Janeiro a Março de
466 2018, e pediu à Assessora de Imprensa, Natália Lepsch Kenupp Batista, para falar sobre todos os
467 artigos da revista, a qual mencionou que a publicação contou com os artigos: O fluxo financeiro
468 integrado e a produtividade sistêmica da economia - Econ. Ladislau Dowbor; 2018, o ano em que
469 viveremos em perigo - Econ. Luís Eduardo Assis; Criptomonedas e a bitcoin - Econ. Gilson de Lima
470 Garófalo e Econ. Terezinha Filgueiras de Pinho; Acreditando no crédito - Econ. Roberto Luis
471 Troster; A questão regional brasileira após a tempestade recessiva: uma agenda para os estados das
472 regiões Norte e Nordeste - Econ. Felipe Macedo de Holanda. A publicação teve, ainda, entrevista
473 com os economistas Armando Castelar e Tânia Bacelar sobre conjuntura econômica; os documentos
474 “Em 2018, retomar o crescimento econômico com inclusão e proteção social: o Brasil não é o
475 mercado financeiro” e “Nota do Cofecon sobre a Política Fiscal”; as reportagens “Perspectivas para
476 2018” e “Educação no foco do Cofecon”, além da resenha do economista Fernando de Aquino
477 Fonseca Neto sobre o livro “Complexidade econômica”, de Paulo Gala, e de conteúdo da Federação
478 Nacional dos Estudantes de Economia (Feneco). O relator, Conselheiro Federal Júlio Miragaya,
479 disse que melhorou a apresentação da revista no formato digital e a assessora informou que antes a
480 revista estava disponível apenas em formato *pdf*. O relator enfatizou a importância da revista
481 impressa, visto que a publicação é entregue em reuniões com autoridades, como forma de mostrar o
482 trabalho desempenhado pela autarquia. Defendeu que a revista impressa é importante também para

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

483 apresentar os visitantes e distribuir aos conselheiros e presidentes dos Conselhos Regionais de
484 Economia. Apresentou a proposta de custos para a impressão de revistas: 10.001 (dez mil e um)
485 exemplares por 2,70 (dois reais e setenta centavos por unidade) e 5.001 (cinco mil e um)
486 exemplares por 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos por unidade). Mencionou ser favorável à
487 impressão de pelo menos 500 (quinhentos) a 600 (seiscentos) exemplares, para conselheiros,
488 presidentes dos Conselhos Regionais de Economia e uma reserva técnica. O presidente do Cofecon,
489 Wellington Leonardo da Silva, disse que, para isso, é necessária a retificação orçamentária do
490 Cofecon para o empenho, uma vez que a despesa não está prevista no orçamento do Cofecon.
491 Abertas as inscrições para discussão, o Conselheiro Federal Felipe Macedo de Holanda corroborou
492 com o relator, afirmando a importância da revista física por ser de excelente qualidade e ter um
493 impacto importante. Sugeriu, ainda, que fosse distribuída para as universidades e alguns órgãos
494 públicos. O Conselheiro Federal Sebastião Demuner sugeriu a disponibilização via *WhatsApp*,
495 como a revista *Veja* faz, e afirmou que o custo de impressão é muito alto, justificando que a
496 tendência é a diminuição da publicação de revistas impressas e a substituição pela digital. O relator,
497 Conselheiro Federal Júlio Miragaya, mencionou ainda a diagramação da revista. O Cofecon tem o
498 contrato com a empresa Lume, agência de publicidade licitada, que cobra R\$ 26.789,42 (vinte e seis
499 mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos) para diagramar até 68 (sessenta e
500 oito) páginas. Contudo, se o serviço fosse contratado com um profissional autônomo sairia mais em
501 conta. O referido contrato determina que o serviço de diagramação seja feito com a empresa de
502 publicidade licitada. O relator sugeriu a não renovação do contrato e a contratação do serviço por
503 fora. O Conselheiro Federal Felipe Macedo de Holanda disse que o gasto pode ser de 80 (oitenta) a
504 100 (cem) mil reais de custo para produção de 4 (quatro) edições. A contratação de um diagramador
505 seria uma ideia para diminuir os custos com o serviço de diagramação. O Presidente do Cofecon,
506 Wellington Leonardo da Silva, disse que não é possível a separação do serviço de produção e de
507 diagramação, pois caracteriza fracionamento de serviço, uma vez que a empresa contratada do
508 Cofecon, a Lume, tem no seu contrato essas duas prestações de serviços. A superintendente
509 substituta, Ana Claudia Ramos Pinto, disse que se abrir nova licitação provavelmente o Cofecon
510 não terá 80% de desconto da tabela dos Sindicatos dos Publicitários do DF, conforme praticado pela
511 Lume, em todo o serviço da empresa prestado ao Cofecon. O relator, Conselheiro Federal Júlio
512 Miragaya, enfatizou a possibilidade da contratação de programas para a diagramação da revista e a
513 contratação de um estagiário diagramador que será orientado pelo setor de Comunicação para a
514 produção da revista. O Conselheiro Federal Felipe Macedo de Holanda defendeu a ideia da
515 contratação de um profissional formado, pois o estagiário tem uma curva de aprendizagem que
516 poderá não contemplar a qualidade da revista. O Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva
517 sugeriu a contratação do profissional de diagramação por horas trabalhadas. A Vice-Presidente do
518 Cofecon, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, mencionou sua experiência como presidente da
519 Comissão de Licitação do exercício anterior, e que durante a contratação da Lume muitas empresas
520 disseram que não fechariam com o valor praticado pela Lume. A Vice-Presidente afirmou que teme
521 realizar uma nova contratação por licitação pela razão citada, pois a empresa Lume atende vários
522 serviços do Cofecon e não apenas a produção de revista e a sua diagramação. O procurador-chefe
523 do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, afirmou que na renovação poderá fazer com que a
524 empresa Lume cumpra a tabela de mercado sobre pena de não renovar, pois o que acontece é que
525 para alguns serviços o preço encontra-se abaixo do mercado e que a agência fez isso para levar a
526 licitação. Entretanto, outros serviços prestados pela agência Lume são de custo elevado. Foi
527 esclarecido ao relator que não é possível a renovação contratual com a empresa Lume sem o serviço
528 de diagramação. O Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim disse que a Comissão de
529 Comunicação deverá estudar as propostas e trazer para o plenário deliberar, posteriormente. O
530 Conselheiro Federal Antonio Corrêa de Lacerda destacou a importância da revista impressa no
531 Congresso Brasileiro de Economia e para os economistas divulgarem as atividades. O Conselheiro
532 Federal Waldir Pereira Gomes disse que é um custo de oportunidade ter a revista impressa, falou
533 que é importante participar de uma reunião e levar a revista consigo. O Conselheiro Federal Waldir
534 Pereira Gomes afirmou que o benefício que a revista traz é incalculável, pois é um material de
535 qualidade, e percebe a satisfação das pessoas em escrever para a revista. Lembrou, ainda, que já foi
536 reduzida a tiragem de 10.000 (dez mil) para 5.000 (cinco mil) exemplares. Disse que é a favor da

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

537 redução de custos no Cofecon, mas que a redução da tiragem da revista já foi feita. Entende que a
538 revista é o único veículo de comunicação do Cofecon. O relator, Conselheiro Federal Júlio
539 Miragaya, sugeriu fazer uma busca no mercado por um profissional para produção da revista e a sua
540 diagramação e não renovar o contrato com a empresa Lume. Afirmou que entende que o Cofecon
541 ainda esteja com estimativa de *déficit*, por conta da redução do número de ECVs, e é favorável à
542 redução de despesas para ajudar a gestão a levar até o final do ano o orçamento. Destacou que é
543 favorável à redução de custos para que se mantenha a revista e a tiragem. O presidente do Cofecon,
544 Wellington Leonardo da Silva, fez o encaminhamento que é manter a revista e a tiragem,
545 determinou que a equipe interna e a Comissão de Comunicação realizem um levantamento de
546 alternativa para a redução de custos para verificar a forma mais vantajosa de produção da revista e,
547 por fim, o setor de Contabilidade deverá realizar a retificação orçamentária com base nos custos
548 atuais, pois, mesmo existindo o contrato, não há a previsão orçamentária para incluir esses
549 empenhos. (*áudio 24.03 manhã 1:14:56 - 1:33:10*) **4.9. Regulamenta a utilização do Plenário**
550 **João Paulo de Almeida Magalhães (Processo 18.447/2018)** Relator: Conselheiro Federal Antonio
551 Melki Jr. Propôs uma deliberação para utilização do plenário João Paulo de Almeida Magalhães,
552 destinado à realização de atividades promovidas pelo Sistema Cofecon/Corecons, bem como
553 utilização para terceiros. Foi definido o pagamento de um aluguel destinado à manutenção, gastos
554 com energia, água e outros itens do plenário, bem como pagamento da taxa de limpeza. Após
555 discussões e esclarecimentos, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. (*áudio 24.03*
556 *manhã 1:33:11 - 2:07:25*) **4.10. Regimento Interno do Since (Processo 18.454/2018)** Relator:
557 Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. Mencionou as situações das últimas candidaturas e defendeu
558 que, para a candidatura, os Corecons interessados deverão encaminhar ao Cofecon, com
559 antecedência mínima de 30 (trinta) dias da Sessão Plenária anterior à data de realização do evento,
560 que deliberará sobre a escolha, um Projeto de Execução Preliminar. Em relação ao Grupo de
561 Trabalho do Since, ficou acertado, para o debate sobre a estrutura do sistema sócio-político-
562 econômico-financeiro do País e sua conjuntura atual, deliberar e elaborar a proposta de Carta do
563 evento a ser apreciada na Plenária Final, a partir de minuta de texto proposto pela Comissão de
564 Política Econômica do Cofecon. A Carta do evento aprovada no Grupo de Trabalho deverá ter
565 ampla divulgação imediatamente após a sua aprovação. Em votação, aprovado por unanimidade.
566 (*áudio 24.03 manhã 2:07:31 - 2:34:00*) **4.11. Atualização dos valores das diárias devidas aos**
567 **agentes do Cofecon (Processo nº 18.448/2018)** Relator: Conselheiro Federal Nelson Pamplona da
568 Rosa. Tendo em vista a necessidade de atualização de valores das diárias pagas pelo Conselho
569 Federal de Economia aos seus membros, funcionários e agentes em viagens no território nacional. O
570 relator, Conselheiro Federal Nelson Pamplona da Rosa, informou que a última atualização ocorreu
571 em 2016, por meio da Portaria nº 16, de 27 de março de 2016, que reajustou o valor da diária para
572 R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), conforme variação do INPC de 9.83%. Com o Plano de
573 Redução de Despesas do Conselho Federal de Economia (Cofecon), foi aprovada durante a 677ª
574 Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 24 e 25 de março de 2017, a redução do
575 valor pago pelo Cofecon aos seus membros, funcionários e agentes em viagens no território
576 nacional. Na ocasião, o valor foi fixado em R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Considerando
577 o aumento das diárias de hotéis, refeições e deslocamento foi sugerido o reajuste das diárias pelos
578 Conselheiros Federais. Com aprovação do reajuste de 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) para
579 750,00 (setecentos e cinquenta reais) haverá uma diferença no somatório de despesas com valor
580 estimado de R\$ 27.450,00 adicional. Nesse contexto, o relator vota pelo retorno do valor de R\$
581 750,00 (setecentos e cinquenta reais), condicionado à situação financeira do Cofecon. O
582 Conselheiro Federal Waldir Pereira Gomes sugere a correção da diária e acompanha o relator. O
583 Conselheiro Federal Paulo Brasil Corrêa de Mello corroborou com a correção. O Presidente,
584 Wellington Leonardo da Silva, contextualizou o cenário do Cofecon, lembrou que foi criado o
585 grupo constituído com a Comissão de Tomadas de Contas para analisar custos e gastos e fazer
586 outros ajustes, e que os ajustes feitos no exercício anterior foram necessários e devidos. As reservas
587 podem ser reconstituídas com outro tipo de corte. Não se propõe o aumento das diárias, mas voltar a
588 situação anterior. Lembrou ainda a necessidade do reajuste dos funcionários do Cofecon, próximo
589 item da pauta. O Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim apontou que o reajuste da diária foi
590 para o período da situação de contenção de gastos em razão do não repasse de cota-parte do

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

591 Corecon-SP. Mencionou que fez um cálculo simulando o ajuste das diárias. Caso fosse mantido
592 constante o ajuste das diárias, ajustando pelo IGP-M, o valor atual seria R\$ 787,05(setecentos e
593 oitenta e sete reais e cinco centavos). A Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral
594 disse que é contra o reajuste e que mesmo com o corte da diária o valor é suficiente para as
595 despesas. Afirma ser imprudente votar esse assunto neste momento, pois diversos projetos não
596 foram votados em função da contenção de gastos. Sente-se desconfortável para votar o reajuste e
597 sugere postergar a discussão para o fechamento do mês de março, no qual saber-se-á situação
598 financeira do Cofecon, para que se tenha uma visão melhor. O Conselheiro Federal Júlio Miragaya
599 disse que considerando a necessidade de renovação com a empresa de comunicação, considerando a
600 situação financeira, considerando o ACT, considerando o reajuste da diária, sugere que adie esta
601 votação para que o próprio gestor tenha mais tempo e informação sobre a situação financeira para
602 2018. Na linha do raciocínio do Conselheiro Federal Júlio Miragaya, o Conselheiro Federal Antonio
603 Corrêa de Lacerda sugeriu a aprovação da proposta do relator e, em maio, se necessário, retroage a
604 decisão do reajuste. Ante as discussões, foram colocados em votação duas propostas, sendo a
605 primeira do relator e a segunda da Conselheira Federal Denise Kassama Franco do Amaral, que
606 sugeriu aguardar o fechamento financeiro do Cofecon no mês de março, para que seja tenha uma
607 panorâmica da situação. Em votação, aprovada a proposta do relator com 9 (nove) a favor, tendo os
608 conselheiros votados na proposta: Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva,
609 Antonio Melki Jr., Fernando de Aquino Fonseca Neto, Nei Jorge Correia Cardim, Nelson Pamplona
610 da Rosa, Paulo Brasil Corrêa de Mello, Pedro Andrade de Oliveira e Waldir Pereira Gomes.
611 Votaram 8 (oito) a favor da proposta apresentada pela Conselheira Federal Denise Kassama Franco
612 do Amaral, os conselheiros: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Denise Kassama Franco do
613 Amaral, Eduardo Rodrigues da Silva, Felipe Macedo de Holanda, Henri Wolf Bejzman, Júlio
614 Miragaya, Luiz Antonio Rubin e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa. (*áudio 24.03 manhã sem*
615 *gravação, reunião em sigilo*) **4.12. Acordo Coletivo de Trabalho dos Funcionários do Cofecon**
616 **(Processo 17.998/2017) e Plano de Saúde (Processo: 18.155/2017)** Relatora: Vice-Presidente,
617 Bianca Lopes de Andrade Rodrigues. Foi definido a concessão do reajuste de acordo com o INPC
618 de maio de 2017 a abril de 2018 integralmente, bem como foi aprovado o banco de horas passível
619 de regulamentação. Em relação ao Plano de Saúde, foi aprovada a contratação da empresa Unimed,
620 com coparticipação. (*áudio 24.03 manhã 2:38:06 - 2:50:36*) **INCLUSÃO ORDEM DO DIA:**
621 **Relatorias dos Grupos de Trabalho do XXVI SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de**
622 **Economia.** Relatora: Vice-Presidente, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues. Com objetivo de
623 estabelecer critérios para as relatorias do Grupo de Trabalho do XXVI SINCE, a relatora apresentou
624 em plenária proposta de nomes de relatores, que foram aprovados da seguinte forma: para a plenária
625 final do SINCE foi aprovado como relator o Conselheiro Federal Felipe Macedo de Holanda.
626 Proposta de relatores para os Grupos de Trabalhos: GT 1: Formação, aperfeiçoamento profissional e
627 mercado de trabalho do economista - Relator: Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva; GT
628 2: Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons - Relator: Conselheiro Federal Paulo Brasil
629 Corrêa de Mello e GT 3: Estrutura e conjuntura econômica, política e social do Brasil - Relator:
630 Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto. Para este último grupo ficou definido
631 como coordenador o Conselheiro Federal Róridan Penido Duarte e como expositor o Conselheiro
632 Federal Antonio Corrêa de Lacerda. (*áudio 24.03 manhã 2:50:37 - 3:27:44*) **4.13. Cnae do**
633 **Economista (Corecon-SE)** Relator: Conselheiro Federal Felipe Macedo de Holanda. O
634 Corecon-SE questiona que utilizou a Cnae genérica e está sendo alvo de ações. Por essa
635 razão, acionou o jurídico do Cofecon. Para auxiliar nas demandas, o relator fez um parecer
636 sobre forma de apresentação. Explicou que o Cnae - Classificação Nacional de Atividades
637 Econômicas, subclasses para o uso da Administração versão 2.2. Apresentou as versões
638 anteriores da classificação. Mencionou que a grande questão de conflito enfrentado é que
639 os economistas utilizam a mesma subclasse, código: 9412-0/99, na qual estão inclusas
640 outras profissões, tais quais: advogados, arquitetos, associação profissional, associações
641 artísticas, de atores, de pintores, contadores, economistas, engenheiros, organização de
642 profissionais, profissionais médicos entre outros. Apresentou os problemas gerados pela
643 utilização de CNAEs genéricas, utilizadas também por outras categorias profissionais,
644 passou a sua experiência e o enfrentamento judicial de cobranças indevidas pelo Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

645 Regional de Administração-MA e pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino.
646 Apresentou a fundamentação na legislação profissional inerente à profissão de economista
647 com detalhamento do campo profissional e os desdobramentos. Por fim, realizou as
648 recomendações da criação de uma Subclasse da Cnae 2.2, específica para as atividades dos
649 economistas, como por exemplo: 9412-0/xy Economistas; Associações. Aconselhou que o
650 Cofecon buscasse um diálogo no âmbito do Conselhão, para que esta regulamentação
651 atinja todos “- as associações constituídas em relação a uma profissão, área técnica ou área
652 de saber e prática profissional, tais como as associações médicas, de advogados, de
653 contadores, de engenheiros, de arquitetos, de economistas, etc”; e realização de uma
654 campanha informativa para orientar todos os colegas que estejam sofrendo algum tipo de
655 cobrança abusiva, em função da atual indefinição na classificação. O Conselheiro Federal
656 Antonio Corrêa de Lacerda abordou a situação das sociedades uniprofissionais.
657 Questionou: se há uma profissional economista atuando em consultoria econômica, como
658 fica a reclassificação, se teria alguma implicação. O relator disse que esse assunto está
659 bem à frente do que ele apresenta, não era o foco tratar de uniprofissionais. Mas entende a
660 importância de estudar a forma de proteção para que não sejam alvos de questionamentos
661 sobre a sua classificação na atividade-fim. O Presidente do Cofecon, Wellington Leonardo
662 da Silva, afirmou que, com base em experiências, essas classificações não são confiáveis,
663 condizentes com a profissão de fato. O Cofecon oficiou ao Ministério de Trabalho para a
664 coordenação de cadastros, identificação profissional e estudos solicitando cuidado ao
665 preenchimento da RAIS nos estabelecimentos, visto que os analistas de ocupação não
666 conhecem a Cnae. O Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. sugere que a Cnae tem que ser
667 para economistas e também para atividades de economia. O Presidente do Cofecon,
668 Wellington Leonardo da Silva, pediu ao relator que prepare o encaminhamento para
669 resolver a questão do Cnae. (áudio 24.03 manhã 3:27:50 - 3:29:49) **5. APRECIÇÃO DE**
670 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS 5.1. Processos Administrativos.** O
671 relator dos Processos Administrativos, o Conselheiro Federal Pedro Andrade de Oliveira,
672 fez o relato do seguinte processo: Indefere remissão de débito: Processo: 17.878/2016
673 (Corecon-SP) interessado: Nelisacorp Economia & Investimentos Ltda. Em votação,
674 aprovado. **Áudio não registrou o momento do relato.** Relatores: Conselheiros Federais
675 Pedro Andrade de Oliveira e a Vice-Presidente, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues,
676 relataram os processos: Defere cancelamento de registro: Processo: 17.833/2016 (Corecon-
677 RS) interessado: Eraidá Kliper Rossetti; e Processo: 17.891/2016 (Corecon-SP)
678 interessado: Milton Minoru Utimati. Em votação, aprovado por unanimidade. Indefere
679 cancelamento de registro: Processo: 17.886/2016 (Corecon-SP) interessado: Banco J. Safra
680 S.A.; Processo: 17.887/2016 (Corecon-SP) interessado: Emerald Gestão Investimentos
681 Ltda.; e Processo: 17.893/2016 (Corecon-SP) interessada: Wong Kum Ho. Em votação,
682 aprovado. Indefere suspensão de registro com remissão de débitos: Processo: 17.890/2016
683 (Corecon-SP) interessado: Eduardo Amaral Haddad. Em votação, aprovado. Indefere
684 pedido de inexistência de registro: Processo: 17.876/2016 (Corecon-SP) interessado:
685 Innova Capital Consultoria Ltda.; Processo: 17.877/2016 (Corecon-SP) interessado: Sul
686 América Investimentos Gestora de Recursos S.A.; Processo: 17.882/2016 (Corecon-SP)
687 interessado: J.P Tuchê Asset Management Adm. de Carteiras Ltda.; e Processo:
688 17.884/2016 (Corecon-SP) interessado: W-Capital Gestão de Investimentos Ltda. Em
689 votação, aprovado. (áudio 24.03 manhã 3:29:50 - 4:19:05) A Conselheira Federal Denise
690 Kassama Franco do Amaral relatou o Processo: 18.451/2018 (Corecon-RO) e votou pelo
691 deferimento do auxílio financeiro ao XXVI Since e à VIII Gincana Nacional de Economia,
692 condicionado nos termos do voto da relatora, concedendo o valor de R\$ 100.000,00 (cem
693 mil reais) para o XXIV Since e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a VIII Gincana
694 Nacional de Economia. O Presidente do Cofecon sugeriu que as prestações de contas para
695 o Since e Gincana sejam individuais, bem como a aprovação do apoio condicionada ao
696 envio do projeto detalhado. Em votação, aprovado. O Presidente do Cofecon, Wellington
697 Leonardo da Silva, comentou sobre o Processo: 18.442/2018 (GT Perícia Econômico-
698 Financeira e Mediação e Arbitragem), que trata de auxílio ao Curso de Perícia a ser

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

699 realizado em Recife-PE, e constatou que este projeto deve ser chancelado como uma ação
700 do Cofecon, com um padrão de formação e articulação com os professores. Em seguida,
701 passou a palavra para o relator do processo, o Conselheiro Federal Fernando de Aquino
702 Fonseca Neto, que, após argumentações, apresentou o relato pelo deferimento do auxílio
703 financeiro na forma de passagem aérea, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). O
704 Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. sugeriu retirar de pauta por ser projeto do Cofecon
705 e que o Grupo de Trabalho de Perícia faça uma programação para realização dos cursos. O
706 Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. pediu para ficar claro em ata que o curso é do
707 Cofecon, realizado pelo em Recife-PE pelo Corecon-PE. O Presidente do Cofecon,
708 Wellington Leonardo da Silva, disse que as passagens aéreas serão arcadas pelo Cofecon
709 no valor limitado de R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Em votação, aprovado por unanimidade.
710 O Conselheiro Federal Paulo Brasil Corrêa de Melo, relator do Processo: 18.438/2018
711 (Corecon-SE), que trata da Aquisição de Equipamentos de Informática, solicitado pelo
712 Corecon-SE, indeferiu a solicitação de auxílio financeiro em razão de inadimplência
713 contábil e sugeriu a doação de 2 (dois) microcomputadores, desde que seja feita a
714 regularização junto ao Setor Contábil, ressalvada a assunção dos custos de transporte ou
715 envio dos equipamentos. Em votação, aprovado. (áudio 24.03 manhã 4:19:20 - 4:49:20) **5.2.**
716 **Processos Contábeis.** O presidente da Comissão de Tomadas de Contas, o Conselheiro
717 Federal Nelson Pamplona da Rosa, apresentou para homologação, com ressalvas, os
718 seguintes processos referentes aos Balancetes Trimestrais dos Corecons: Processo:
719 18.370/2018(Corecon-RR) assunto: Balancete 1º Trimestre 2016 e Processo:
720 18.371/2018(Corecon-RR), assunto: Balancete 2º Trimestre 2016, em votação, aprovado
721 com ressalvas. Balancetes 1º trimestre 2017, Processo 18.072/2017(Corecon-SE) e
722 Processo 18.429/2018(Corecon-RR). Em votação, aprovados com ressalvas. Balancetes 2º
723 trimestre 2017, Processo: 18.193/2017(Corecon-SE); Processo:18.238/2017(Corecon-MA)
724 e Processo: 18.430/2018(Corecon-RR). Em votação, aprovados com ressalvas. Balancetes
725 3º Trimestre 2017, Processo: 18.313/2017 (Corecon-SE); Processo 18.323/2017(Corecon-
726 PI); Processo: 18.329/2017 (Corecon-PE); Processo: 18.337/2017 (Corecon-MG);
727 Processo: 18.344/2017(Corecon-AM); Processo: 18.350/2017 (Corecon-ES); Processo
728 18.353/2017(Corecon-PR); Processo: 18.392/2018 (Corecon-MA); Processo: 18.411/2018
729 (Corecon-GO); Processo: 18.439/2018 (Corecon-AL); e Processo 18.431/2018 (Corecon-
730 RR). Em votação, aprovados com ressalvas. Balancetes 3º Trimestre 2017, Processo:
731 18.326/2017(Corecon-DF) e Processo: 18.341/2017(Corecon-BA). Em votação, aprovados
732 sem restrições. Propostas Orçamentárias dos Corecons 2018, Processo: 18.310/2017
733 (Corecon-PI); Processo: 18.311/2017 (Corecon-SE); Processo: 18.321/2017 (Corecon-
734 MG); Processo: 18.327/2017 (Corecon-DF); Processo: 18.328/2017(Corecon-PE);
735 Processo: 18.345/2017 (Corecon-MA); Processo: 18.351/2017(Corecon-ES); Processo:
736 18.354/2017 (Corecon-PR); Processo: 18.367/2017 (Corecon-BA); Processo: 18.403/2018
737 (Corecon-PB); Processo: 18.410/2018 (Corecon-GO); Processo: 18.440/2018(Corecon-AL)
738 e Processo: 18.450/2018 (Corecon-AM). Em votação, aprovados por unanimidade.
739 Reformulações Orçamentárias dos Corecons 2017, Processo: 18.322/2017(Corecon-MG);
740 Processo: 18.355/2017 (Corecon-PR) e Processo: 18.389/2018(Corecon-SE). Em votação,
741 aprovado por unanimidade. Prestação de Contas do Conselho Regional de Economia 2016:
742 Processo: 18.373/2018 (Corecon-RR). Em votação, aprovado com ressalva. Prestações de Contas
743 do Conselhos Regionais de Economia 2017: Processo: 18.413/2018 (Corecon-MS); Processo:
744 18.421/2018 (Corecon-RS); Processo: 18.422/2018 (Corecon-SC); Processo: 18.424/2018
745 (Corecon-RJ); Processo: 18.426/2018 (Corecon-TO); Processo: 18.427/2018 (Corecon-PE);
746 Processo: 18.428/2018 (Corecon-ES); Processo: 18.443/2018 (Corecon-BA); Processo:
747 18.452/2018 (Corecon-MG) e Processo: 18.432/2018 (Corecon-RR). O Conselheiro Federal Nelson
748 Pamplona da Rosa relatou o Processo: 18.405/2018, que trata o pedido de parcelamento da cota-
749 parte de 2017 do Corecon-RR, e constatou que a dívida daquele regional é de R\$ 11.762,05 (onze
750 mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinco centavos), e que foi solicitado o prazo de 60 (sessenta)
751 meses para o pagamento, com parcelas mensais de R\$ 196,04 (cento e noventa e seis reais e quatro
752 centavos). O relator vota pelo parcelamento em 5(cinco) anos com juros e correção monetária, não

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

753 podendo atrasar as parcelas e nem deixar de apresentar a prestação de contas ao Cofecon. O
754 Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim sugeriu que fosse feita uma avaliação econômica
755 financeira para saber a viabilidade do Corecon-RR. Nesse contexto, foram apresentadas duas
756 propostas: a primeira é o pagamento da cota-parte de 2017 em 60 meses, segundo voto do relator; e
757 a segunda proposta foi feita pelo Conselheiro Federal Antonio Melki Jr, que sugeriu o pagamento
758 em 36 (trinta e seis) meses com correção monetária e juros, não podendo atrasar as parcelas e nem
759 deixar de apresentar a prestação de contas ao Cofecon. Ambas com adendo do Conselheiro Federal
760 Nei Jorge Correia Cardim, que é realizar o estudo da viabilidade econômica. Em votação, aprovada
761 a proposta do Conselheiro Federal Antonio Melki Jr. com 10 (dez) votos a favor. Não houve
762 votação nominal. A proposta do relator obteve 3 (três) votos a favor. Não houve abstenções. O
763 relator, Conselheiro Federal Pedro Andrade de Oliveira, apresentou para homologação o Processo:
764 18.290/2017, que trata do desfazimento de bens móveis do Cofecon. Disse que a Comissão
765 Permanente de Controle Patrimonial do Cofecon apresentou o seguinte relato para apreciação e
766 aprovação do plenário: - Relação de bens a serem doados: 93(noventa e três) itens, no total de R\$
767 204.627,83 (duzentos e quatro mil seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos); - Relação
768 de bens não localizados: 34(trinta e quatro) itens, no valor total de R\$ 32.914,93 (trinta e dois mil
769 novecentos e quatorze reais e noventa e três centavos); e - Relação de bens baixados do ativo
770 imobilizado e baixado, no total de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). Os itens tratam-se de
771 persianas e deveriam ser de material de consumo. Em votação, aprovado por unanimidade. **6.**
772 **Outros Assuntos.** Não houve. **7. Encerramento** O Presidente do Cofecon, Wellington
773 Leonardo da Silva, agradeceu a presença de todos e às 16:30 deu por encerrados os trabalhos, dos
774 quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por
775 mim e pelo Presidente da Sessão. Brasília, vinte e quatro de março de dois mil e dezoito.

776

777

778

779

780

781

Econ. Wellington Leonardo da Silva
Presidente do Cofecon

Jane Lopes da Silva
Secretária *Ad hoc*